



Lia Baker Valls Pereira

Chefe do Departamento de
Análise Econômica da Uerj

Pesquisadora associada FGV IBRE



O Brics num mundo de incertezas

Na edição de março da revista *Conjuntura Econômica* escrevi o artigo “Um mundo de incertezas: a era Trump no comércio” ([link: https://go.fgv.br/NxM1C56Q215](https://go.fgv.br/NxM1C56Q215)). Naquele momento, ainda não era claro o que o presidente americano Donald Trump definia como reciprocidade tarifária e, seguindo uma das interpretações desse conceito em negociações comerciais, comparamos os níveis tarifários dos Estados Unidos e do Brasil. Essa escolha foi também pautada nas declarações de Trump sobre o Brasil sendo um país que prejudicava os Estados Unidos, dando como exemplo a tarifa de importações sobre etanol praticada pelo Brasil (18%) e pelos Estados Unidos (2,5%). Diante dessas observações, comparamos as tarifas nominais de importações de ambos os países, sem considerar nenhuma ponderação, e observamos que, se esse fosse o critério, o Brasil poderia esperar pressão para baixar as suas tarifas e/ou enfrentar tarifas mais elevadas para suas exportações com destino aos Estados Unidos.

O cenário de incertezas só tendeu a piorar e, no dia 2 de abril, anunciando como “Dia da Libertação”, Trump divulgou quais seriam as tarifas de reciprocidade. As tarifas de importações recíprocas foram estimadas associando

o tamanho dos déficits das balanças comerciais bilaterais dos Estados Unidos com seus parceiros. A tarifa da China foi estimada em 67%, a do Vietnã, em 90%, e, num “ato de boa vontade”, segundo Trump, seria aplicada a metade da tarifa de reciprocidade estimada. Além disso, foi decidido que a tarifa de importação mínima a ser aplicada pelos Estados Unidos seria de 10%. Na América do Sul, exceto Venezuela e Guiana, todos os países receberam a tarifa adicional de 10%, pois, como o Brasil, têm déficits comerciais ou superávits com valores muito baixos com os Estados Unidos.

No dia 8 de abril, Trump suspendeu as tarifas recíprocas superiores a 10%, mas manteve a da China que, após anúncio de retaliação do governo chinês, passou para 125% e, depois, para 145%. O governo chinês divulgou que as importações dos Estados Unidos serão taxadas em 125%, e que não pretende continuar com essa escalada tarifária. No dia 11 de abril, foi anunciado que um grupo de produtos que inclui *smartphones*, computadores e outros produtos eletrônicos, semicondutores e painéis solares ficará isento das tarifas recíprocas, inclusive os importados da China. Posteriormente, Trump avisa que esses produtos poderão estar su-

jeitos a tarifas específicas. Para simplificar, as incertezas aumentaram.

Foi anunciado que representantes do governo dos Estados Unidos e da China irão se reunir nos dias 10 e 11 de maio, na Suíça, para tentar um acordo. Esse artigo terá sido finalizado antes do resultado desse encontro. No governo Trump 1.0, a China fez um acordo no qual se comprometeu a comprar, em dois anos, mais de US\$ 200 bilhões em mercadorias e serviços dos Estados Unidos, além de firmar compromissos na área de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, serviços financeiros e regras cambiais. O acordo não foi cumprido com a chegada da pandemia, mas analistas apontavam que seria impossível seu cumprimento, e que a estratégia da China naquele momento foi ganhar uma trégua – ainda mais que haveria eleições no ano seguinte à decisão. Pode ser que um novo acordo seja alcançado, e que para a China seja aceitável, por exemplo, concessões na área agrícola, como a compra de mais soja, milho e carne dos Estados Unidos, bem como de uma cesta de produtos manufaturados. No entanto, parece pouco provável que a China aceite esse acordo de forma unilateral, como fez no governo Trump 1.0. Em adição, também é pouco provável que o governo chinês aceite renunciar a suas políticas nos setores de novas tecnologias, ou aceite imposição de regulações de como gerir temas como inteligência artificial, proteção de dados, entre outros.

Trump, no entanto, não se restringiu ao tema de comércio, onde fica claro seu total abandono ao cumprimento de regras internacionais. A pressão sobre as universidades, a questão migratória tratada de forma indiscriminada como uma questão

criminal, ameaças de taxar filmes estrangeiros, o anúncio de que os Estados Unidos já arcaram de forma desproporcional com os custos de segurança da Europa levam a um cenário de crescentes dúvidas se o governo Trump irá respeitar os limites dados pelas instituições do país. Além disso, o diagnóstico de que o dólar precisa ser desvalorizado e os juros baixarem levou a uma incerteza quanto ao papel do dólar como moeda internacional (ver coluna Ponto de Vista, de Samuel Pessoa, na *Conjuntura Econômica* de abril: <https://go.fgv.br/ltnMKod8BgU>).¹ Os Estados Unidos não só perdem credibilidade, mas legitimidade como guardião dos interesses da paz e segurança internacional, como se apresentava, desde o pós-guerra, na liderança de organismos multilaterais.

Nesse contexto, uma reflexão sobre a 17ª Reunião da Cúpula do Brics, nos dias 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro, sob a presidência do Brasil. Observa-se que governos de países europeus e dos Estados Unidos têm mostrado interesse do que se pretende com essa cúpula. No Brics, agora ampliado, estão presentes, além da China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul, os seguintes países: Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes, Indonésia e Irã. Também irão comparecer na cúpula o grupo dos Parceiros do Brics.²

O tema da cúpula será “Fortalecendo a cooperação Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável”. O de 2024, do encontro sob a presidência da Rússia, foi “Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos”.

Os temas das cúpulas refletem, portanto, compromissos com a go-

vernança global, o que é condizente com a diretriz da política externa brasileira, e espelham o que podia ser identificado como fator agregador da institucionalização do grupo inicial em 2009, o BRIC. A agenda foi se ampliando ao longo dos anos com temas econômicos, sociais, políticas públicas, meio ambiente, entre outros. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo de Reservas de Contingência foi apresentada não como de instituições que competiriam com as criadas pelo Sistema Bretton Woods, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, mas exemplos de formas de governança em que as questões dos países em desenvolvimento poderiam ser mais bem atendidas.

As cúpulas do Brics que abrangiam temas variados e criavam grupos técnicos podem ser entendidas como guarda-chuvas institucionais, que permitiam trocas de ideias e de mecanismos de cooperação, em geral, no âmbito bilateral. Debatiam-se temas de comércio, por exemplo, mas não se propunham acordos amplos de comércio e temas regulatórios que contemplassem todos os membros do Brics.

A ampliação do grupo liderada pela China, a guerra na Ucrânia e a política do governo Trump trouxeram novos desafios para o Brasil. O Brasil resistiu, num primeiro momento, a ampliar o grupo e tentou então agregar países da América do Sul, como a Argentina, o que foi rejeitado pelo atual governo, de Javier Milei. O Brics passou a ser identificado como um grupo antiocidental por alguns críticos, pela presença do Irã, embora vários países como Indonésia, Egito e os países árabes produtores de petróleo tenham laços

motivados por questões de segurança estratégica com os Estados Unidos, entre outras.

A invasão da Rússia pela Ucrânia, uma clara violação do direito internacional de soberania dos territórios, o conflito entre os Estados Unidos e a China e as sanções dos Estados Unidos em relação à Rússia levam o Brasil a tomar posições de neutralidade que muitas vezes são entendidas como favoráveis à Rússia e/ou à China. Sob esse prisma, a cúpula presidida pelo Brasil irá exigir uma defesa forte do tema da cooperação e governança. Demandas para reformar as instituições multilaterais que estão numa situação de fragilidade tendem a exigir propostas substantivas, o que é difícil num grupo com interesses específicos nem sempre convergentes. Em adição, ao eleger o Brics como inimigo que “quer acabar com o dólar”, o governo Trump estimula posições mais “antiocidentais” de alguns membros do grupo.

É preciso esclarecer que em nenhum documento do Brics se encontra uma proposta de criação de uma moeda única no grupo para substituir o dólar. O que há, desde cúpulas mais antigas, é a proposta de facilitar o comércio com o uso de moedas locais ou outros mecanismos de crédito. Uma moeda contábil ou digital? Um mecanismo similar ao Convênio de Crédito Recíproco que operou na América Latina, onde só se liquidavam os saldos das transações após alguns meses, mas em dólares. Nesse caso, qual seria a moeda?

Não é uma proposta de fácil implementação. Em 2024, o dólar respondia por 57,8% das reservas internacionais e o yuan renmimbi por 2,18%, e os países do Brics não

comercializam somente no grupo. O que é comum é a importância da China no comércio de alguns deles, mas não o suficiente para todos quererem guardar suas reservas totalmente em moeda chinesa.

No caso do Brasil, como mostra a tabela, o percentual de transações com os outros membros do Brics fora a China é muito reduzido, e não é por falta de divisas que os países árabes não comprem mais produtos do Brasil. Agora, medidas que incrementem e estimulem o comércio com possíveis facilitações nas trocas comerciais poderão ser trazidas para a agenda. Além disso, o fortalecimento do Banco do Brics, a criação de mecanismos de garantias de crédito, a criação de sistema de pagamentos para o grupo, entre outros, podem ser pensados.

A agenda de prioridades da 17ª Cúpula é extensa: saúde global; comércio, investimento e finanças; clima; inteligência artificial; arquitetura multilateral para paz e segurança. Com essa agenda, o Brasil poderá tentar influenciar os rumos das resoluções, no sentido de eleger sempre a governança com regras numa possível nova arquitetura multilateral em um mundo multipolar. Se antes era criticada a captura pelos Estados Unidos de temas na governança global, uma contribuição do Brics é mostrar que o grupo, mesmo que tenha poucos consensos, não reflete os interesses específicos de alguns países. ■

¹The US dollar’s role in the international monetary system is now dangerously in flux. David Lubin em <https://go.fgv.br/MGB4goltAz4>.

²Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

Participação (%) nas exportações e importações do Brasil: 2024

	Exportações	Importações	Saldo em US\$ milhões
África do Sul	0,4	0,2	722
Arábia Saudita	0,9	1,2	76
China	28,0	24,2	30.736
Egito	1,2	0,4	3.039
Emirados Árabes	1,4	0,3	3.249
Etiópia	0,0	0,0	30
Indonésia	1,3	0,7	2.591
Índia	1,6	2,6	-1.577
Irã	0,9	0,0	2.992
Rússia	0,4	4,2	-9.516
Soma	36,0	33,7	32.342
Soma sem a China	8,0	9,5	1.607

Fonte: Comex Vis. Secretaria de Comércio Exterior.